

# FEIRA

JORNAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

RUA DOS PIONEIROS, NO 175 - MAPUTO - MOÇAMBIQUE, CEL: 82 490 1280/84 244 6459 • E-MAIL: ASSECOGRAF@GMAIL.COM  
DIRECTOR: **ALEXANDRE CHIURE**

OUTUBRO DE 2019 ANO XX NºXX

## ARECOM COMUNICA NOVA MARCA



**REGISTADOS MAIS DE 14 MILHÕES DE CARTÕES SIM - P.6**

**MIGRAÇÃO DIGITAL: MOÇAMBIQUE COM MAIS DE 80% DE EXECUÇÃO - P.7**

**PRAÇAS DIGITAIS MASSIFICAM ACESSO À INTERNET - P.8**



# GOVERNO ATENTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA

**Está a ser instalado no país um sistema de monitoria de qualidade dos serviços de telefonia, composto por dois subsistemas, nomeadamente o de monitoria contínua e o de realização de drive tests e walkingtests, conforme o número 3 do artigo 5º do Regulamento sobre Qualidade de Serviços Públicos de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 6/2011, de 3 de Maio.**



A monitoria contínua é realizada através da análise de ficheiros de *performance* da rede produzidos pelos operadores de telecomunicações, sendo que, para o efeito, a ARECOM dispõe de uma ligação permanente com os operadores, de modo a garantir o envio automático e contínuo dos ficheiros, que são posteriormente processados de modo a extrair informação dos indicadores de desempenho, para a elaboração de relatórios com metas alcançadas por cada operador, em conformidade com o mesmo decreto.

Para a realização de *drive tests* estão em instalação unidades que serão colocadas em viaturas para efeitos de testes de qualidade para os serviços de Voz, SMS e Dados em diferentes áreas geográficas.

Por outro lado, para a realização de *walkingtests*, uma outra unidade móvel também está em montagem e será utilizada em ambientes *indoor*, isto é, para a realização de testes de qualidade dentro de edifícios.

Ao implementar este projecto de monitoria de qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia, a ARECOM pretende aferir os níveis de qualidade dos serviços praticados, bem como verificar o desempenho das redes dos operadores, na perspectiva do utilizador, para permitir uma análise comparativa.

Do ponto de vista do impacto, espera-se que a monitoria incremente melhoria dos níveis de qualidade dos serviços praticados pelos operadores de telecomunicações, mediante a identificação de falhas e deficiências na prestação dos serviços, disponibilização da informação

sobre os níveis de qualidade dos serviços, de modo a oferecer aos utilizadores a possibilidade de escolha do operador de serviço pretendido, aumento de satisfação do utilizador dos serviços públicos de telecomunicações, bem como o aumento da concorrência pela melhoria da rede de telecomunicações por parte dos operadores.

Na fase em que o projecto se encontra, não é intenção da ARECOM passar multas às operadoras por estas não terem a qualidade recomendada, mas sim fazer uma acção pedagógica de forma que elas melhorem as suas fragilidades.

Embora a ARECOM não pretenda, para já, atribuir multas aos operadores por não oferecerem serviços de qualidade, o Decreto nº 6/2011, de 3 de Maio, prevê para estes multas em caso de infracção que vão desde 600 mil a seis milhões de meticais. Na alínea a) do artigo 20º, a lei estabelece que pela interrupção do serviço fora dos casos previstos no artigo 8, a multa por tal situação é de seis milhões de meticais.

O mesmo valor é também aplicado nos casos em que a operadora crie interferências e, por via disso, não possibilite a medição de parâmetros de qualidade para cada serviço aplicável, área geográfica ou período de referência.

Caso a operadora não submeta os relatórios de qualidade de serviço à Autoridade Reguladora, esta será penalizada com uma multa no valor de cinco milhões de meticais. O mesmo valor aplica-se em situações como a ausência da publicação de relatórios de qualidade para cada serviço aplicável, área geográfica ou período de referência

Como forma de combater a concorrência desleal, o Decreto estabelece uma multa de cinco milhões de meticais contra as operadoras que, por ventura, no acto de publicação dos seus relatórios de qualidade de serviço, façam constar dados referentes a outros operadores ou prestadores de serviços de telecomunicações.

Para que se garanta que os dados entregues à ARECOM sejam fiáveis e verdadeiros, o Decreto prevê sancionar com uma multa de cinco milhões de meticais aquelas operadoras que falsificarem os dados.

A multa mais baixa, diga-se de passagem, é de 600 mil meticais e diz respeito ao não alcance, por parte das operadoras, de cada parâmetro estabelecido. O artigo 24º do Decreto em alusão diz ainda que o operador ou prestador de serviços públicos de telecomunicações não pode celebrar novos contratos com os utilizadores, incluindo pré-pagos, se passado um ano após a aplicação de multas voltar a não

alcançar, pelo menos, metade das metas de qualidade de serviço previstas.

É da competência da ARECOM notificar a operadoras e prestadores de serviços públicos de telecomunicações da suspensão de celebrar novos contratos, bem como do levantamento da suspensão.

Ainda segundo o mesmo dispositivo legal no seu artigo 23º, nos números 1 e 2, os operadores e prestadores de serviços públicos de telecomunicações que não atingirem as metas de qualidade de serviço previstas no presente regulamento devem comunicar à Autoridade Reguladora as razões do não cumprimento da meta, tendo em conta o parâmetro aplicável, a área geográfica e o período de referência.

Por outro lado, a ARECOM reserve-se do direito de atender às razões do não cumprimento da meta, solicitando soluções e data para o seu cumprimento.

O artigo 25º dá a possibilidade de os operadores e prestadores de serviços públicos de telecomunicações apresentarem, junto à ARECOM, num prazo de cinco dias após a recepção da notificação para pagamento da multa, uma reclamação.

**“A reclamação produz efeito suspensivo mediante a prestação de caução em dinheiro no valor de um terço da multa aplicada”, lê-se no número 2, do artigo 25º do Decreto nº 6/2011.**

# ARECOM COMUNICA NOVA MARCA



Um dos objectivos da participação da Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM) na Feira Agro-Pecuária, Comercial e Industrial de Maputo (FACIM), pela terceira vez consecutiva, era comunicar a sua nova marca, que surge na sequência do processo de mudança da sua imagem.

“O diferencial da nossa participação este ano em relação às outras duas presenças é o facto de, pela primeira vez, termos aparecido com a marca ARECOM, ou seja, a marca da Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique.

A lei define-nos como autoridade, mas é necessário que as pessoas se habituem, comecem a ver-nos como tal”, disse Edmundo Manhiça, Chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem na ARECOM.



Chefe do Estado, Filipe Nyusi, visitou o stand da ARECOM na FACIM

Manhiça desceu para alguns detalhes que diferenciam o logótipo anterior em relação ao actual, que destaca as cores da bandeira nacional. Antes, a insígnia da instituição continha antenas parabólicas a actual, dada a evolução tecnológica, aparece com o símbolo do Wi-Fi.

“Os serviços estão a caminhar para a convergência e hoje desfrutamos da emergência de uma economia digitalizada. Portanto, tudo o que nos representa dentro e fora deve ser conforme a modernidade, essa nova tendência da modernidade”, afirmou.

A ARECOM levou consigo para a FACIM os serviços por si prestados aos utentes, na área de regulação dos serviços postais e das telecomunicações, como forma de dar a conhecer os mesmos aos cidadãos. “Levámos instrumentos de análise do espectro radioeléctrico e

muita informação de interesse público”, sublinhou.

A grande perspectiva da ARECOM ao participar desta 55ª edição da FACIM era desbravar o terreno, fazendo-se conhecer e reconhecer como autoridade reguladora dos sectores Postal e das Telecomunicações.

“O segundo aspecto, já que trabalhamos para o público, era assegurarmos que nós fornecemos serviços das comunicações que potenciam a inclusão do cidadão. A questão é que, no mundo actual, nós não podemos avançar com comunidades que não se encontram incluídas. É daí que estamos a implementar o projecto das praças digitais financiado pelo Governo, através do Fundo de Acesso Universal (FSAU), que é gerido pela ARECOM. É esta a nossa grande perspectiva”, concluiu Manhiça.

# IV REVOLUÇÃO INDUSTRIAL MOÇAMBIQUE PREPARA-SE

A III Conferência Nacional das Comunicações representa um dos momentos preparativos de Moçambique para a IV Revolução Industrial que vai, com certeza, ser grandemente dominada pela digitalização dos processos, a vários níveis.

É nesta perspetiva que a ARECOM já pisca olho para a rede de quinta geração (5G), uma tecnologia que, segundo Salomão David, Chefe do Gabinete de Estudos e Regulação do Mercado da ARECOM, permite carros conduzirem-se automaticamente, estacionar, fazer manobra sem necessitar de um condutor.



Com 5G, também será possível, por exemplo, que um médico estando em Lisboa (Portugal) faça uma operação ao doente que se encontra em Moçambique, se o país dispôr de equipamento de tecnologia. Entretanto, para ser capaz operar estes serviços, é preciso que haja pessoas treinadas e, para tal, é necessário começar a falar da Revolução Industrial desde já.

“Não há uma data marcada para o início da IV Revolução Industrial, mas o país já está a viver, como uma progressão que vai iniciar com automação da maior parte dos processos”, sublinhou.

Na corrida à IV Revolução Industrial ou Internet das Coisas (IoT, em inglês) como se apelida, não existe um líder do mercado, tal como em inteligência policial não há líder do mercado, assim como em Big Data não existe um líder para fazer análise e criar sistemas, ou seja, todos são capazes. Porém, para Moçambique estar na vanguarda é preciso criar-se sistemas, preparar a juventude e as empresas, sendo missão da ARECOM regular o mercado para novos desafios e não só.

Questionado se o país tem ou não capacidade em termos de infra-estruturas e dispositivos legais para enfrentar os



desafios, Salomão David afirmou que o país tem capacidade para melhorar ainda mais. “Sabe-se que ainda não alcançamos a cobertura territorial a 100 por cento. E se falarmos da África, 29 por cento da população ainda não está coberta, e 28 por cento coberta com a rede

de 3G e 4G, actualmente, não a usa”.

Ainda sobre os desafios destaca-se estudar o funcionamento e as vantagens das redes sociais, que ainda são um constrangimento em Moçambique. É preciso regulamentação para que não

sejam agressivos, mas participativas tanto pelos operadores, assim como pela sociedade civil e organizações não-governamentais. Ao contrário, a Europa está muito avançada neste aspecto, ocupando-se mais actualmente em regular os conteúdos e a capacidade.

# MOÇAMBIQUE TEM NOVO CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL



O Conselho de Ministros aprovou, através do Decreto nº 28/2019, de 12 de Abril, um novo Código de Endereçamento Postal (CEP). A concepção deste documento foi impulsionada pelo crescimento das cidades, tanto do ponto de vista de surgimento de novos bairros, assim como do número da população em si. O CEP que antes vigorava não se adequava à situação actual.

“As nossas cidades, vilas, estão a crescer cada vez mais. Crescem com novos bairros, com a população e nesses novos bairros que crescem com a população não temos aruamento, não temos números de casas. Como estamos a regular o sector postal, preparámos um projecto de endereçamento postal para dar nomes às ruas, com vista a facilitar não só a chegada de ambulância aos bairros, como também outros serviços públicos, como é o caso da entrega da factura de água e o comércio”, disse o Director-Geral da ARECOM, Massingue Apala.

O novo CEP apresenta uma estrutura numérica constituída por seis algarismos, correspondentes aos códigos de província, distrito e posto administrativo. O mesmo estabelece a estrutura, a organização e a composição da numeração.

De acordo com a Direcção Postal e de Telecomunicações na Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM), o projecto-piloto de implementação do CEP será lançado brevemente na Vila Autárquica da Manhiça.

O anterior CEP era excessivamente extenso e desnecessariamente composto de 10 algarismos, o que o tornava de difícil uso, quer no quotidiano dos profissionais dos correios, quer para os beneficiários (população em geral e entidades públicas e privadas).

O uso do actual CEP irá melhorar sobremaneira o tratamento dos objectos de correspondência nacional e internacional, bem como as encomendas postais e serviços financeiros, para além de facilitar a organização logística e a localiza-

ção espacial de um endereço postal.

O Decreto nº 28/2019, de 12 de Abril, pode ser encontrado e descarregado gratuitamente através do site - [www.arecom.gov.mz](http://www.arecom.gov.mz)

A grande novidade deste CEP é que quando começar a ser implementado permitirá localizar, de forma fácil, as residências das pessoas, as instituições a partir da Internet. “Portanto, esta é uma inovação, porque esses locais que são mapeados são georeferenciados. Então, através da Internet, consegue-se localizar uma determinada casa. Acessa-se à Internet, submete-se o código e consegue-se ver a zona onde fica a casa”, concluiu Apala.

Em Moçambique existem neste momento 50 operadores postais.

# REGISTADOS MAIS DE 14 MILHÕES DE CARTÕES SIM



Encontro com representantes das operadoras de telefonia móvel, instituições da administração da justiça, forças de defesa e segurança e agentes económicos

“Mas este é um trabalho que estamos a fazer com os próprios operadores. Há um mês, uma equipa da ARECOM visitou vários pontos do país para fazer fiscalização de cartões e encontramos alguns que estavam a ser disponibilizados na rua”, disse Massingue Apala, Director-Geral da ARECOM.

A propósito, foram também envolvidas instituições de administração de justiça, forças de defesa e segurança, agentes económicos, instituições públicas e privadas, no âmbito de monitoria dos registos dos Módulos de Identificação do Subscritor (Cartões SIM) e de divulgação dos Regulamentos de Registo e Activação dos mesmos e de Homologação dos Equipamentos de Telecomunicações e Radiocomunicações.

Apala diz que a melhor forma de garantir que todos os cartões sejam, de hoje em diante, registados no acto da venda é criando condições para a sua venda apenas nas lojas dos operadores ou em revendedores devidamente credenciados

pelas operadoras de telefonia móvel. “Esta é a estratégia que vamos usar para garantir que todos cartões que estão sendo usados sejam registados. É preciso entender que o processo de registo é muito complicado, porque exige que, aqueles que não têm documentação, tenham testemunhas. A nossa intenção não é privar as pessoas de se comunicarem, apenas queremos que essa comunicação seja segura”, sublinhou.

O registo dos cartões é importante porque cria condições para a protecção do cliente, através do reconhecimento do proprietário do número que efectua uma determinada chamada ou qualquer outro tipo de comunicação. Este reconhecimento protege as pessoas de possíveis crimes de burla, por exemplo, a que estavam antes sujeitas.

Explicando casos de clientes que tenham registado os cartões mas que depois de um tempo viram os mesmos a ser bloqueados, Apala afirmou que isso se deveu à mudança nos procedimentos do

registo com a aprovação do novo Decreto em 2015.

“Existem sim alguns clientes que registaram os seus cartões no período de 2010 a 2012 e usaram esses antigos procedimentos e, por via disso, quando se fez a actualização dos mesmos, foram tidos como se não tivessem feito o registo. Então, houve a necessidade de se fazer a actualização do registo. Foi exactamente o que ocorreu”.

## Combate ao uso do SIM Box

Sobre o que apoqueta a ARECOM, Apala falou da utilização do SIM Box. Disse que a sua instituição está a implementar um sistema que permite detectar os operadores ilegais que fazem o uso desta rede. O SIM Box é um dispositivo electrónico no qual se pode inserir até 40 cartões SIM simples. Os operadores ilegais que usam este

sistema conseguem colocar este equipamento dentro de uma rede nacional de comunicação para que qualquer chamada internacional efectuada a partir de fora do país seja desviada e parecer local, reduzindo a tarifa a pagar pela operação.

“Isto cria prejuízos às receitas do próprio operador legalmente credenciado para operar. Estas operações fraudulentas são possíveis mediante acordos com operadores estrangeiros também ilegais que igualmente ganham dinheiro nesse processo. Portanto, é um meio de ganhar dinheiro de forma fraudulenta”, explicou. Neste processo de desvio de rede, quando a chamada é efectuada, o cliente que a recebe tem uma indicação, no seu telefone, de que é uma chamada local, de uma rede nacional, quando na verdade não é.

Os operadores ilegais de SIM Box incorrem a uma pena de prisão, dado que a lei moçambicana das comunicações “é clara quando estabelece que não é autorizado a ninguém operar sem licença no mercado das telecomunicações”.

## MIGRAÇÃO DIGITAL

## MOÇAMBIQUE COM MAIS DE 80 POR CENTO DE EXECUÇÃO

O processo de migração digital em curso no país está a ser executado com o foco no prazo estabelecido a nível da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Dezembro próximo.

Até agora, o nível de execução situa-se na ordem de 80 por cento, mas o Governo mostra-se confiante no cumprimento do prazo estabelecido, dado que já foram instalados, do ponto de vista de componente de rede, 59 sites dos 60 programados. Destes sites, já estão operacionais 48 "e a previsão é que dentro dos próximos dois meses teremos todos os sites operacionais", sublinha Adilson Gomes, técnico superior da ARECOM.

Os 48 emissores já instalados em condições operacionais estão neste momento a funcionar de forma experimental. Neste momento, a rede analógica possui 23 emissores, o que significa que serão mais 37 emissores novos, ou seja serão 37 novos lugares que hoje não têm televisão que passarão a ter quando o processo estiver concluído.

**"Temos que ter a consciência de que hoje temos uma cobertura de televisão de quase 50 por cento. Com a televisão digital vamos falar de mais de 70 por cento. Portanto, há muita população que antes não tinha televisão e que com a migração digital vai passar a tê-la"**, salienta Adilson Gomes.

Por outro lado, neste processo de colocação dos emissores digitais, o governo privilegiou as zonas onde até então não havia sinal de televisão.

Em relação ao acesso à televisão propriamente dita, nas residências, está em curso o processo de comercialização de *decoders*, aparelhos que permitem fazer a conversão do sinal digital para que possa ser suportado por qualquer televisor. Até agora, o governo já comercializou perto de 20 mil dispositivos e **"sentimos que a população está a aderir, está a compreender os benefícios. Para dizer que a adesão é boa na medida em que**



não se está a fazer aquela toda publicidade, porque ainda estamos na fase experimental, ligamos e desligamos a rede. Quando começarmos a fazer publicidade, acreditamos que a população vai adquirir ainda mais", afirmou Adilson Gomes.

No que tange ao preço de aquisição do *decoder*, a sua determinação foi mediante um estudo feito por uma comissão que integrou a sociedade civil e o governo. Foi este estudo que analisou as capacidades da população para adquirir o equipamento, já que a digitalização é um processo irreversível.

Por outro lado, o Governo negociou, junto dos fabricantes, o melhor preço possível para a aquisição dos dispositivos de tal forma que, nalgum momento, foi necessário eliminar algumas funcionalidades do equipamento para simplificá-lo, tornando o aparelho específico para Moçambique.

Os descodificadores estão a ser comercializados um pouco por todo país, e gradualmente vão chegar para Moçambique inteiro através dos revendedores que irão trabalhar com a TMT, ao mesmo tempo que estes *decoders* poderão ser adquiridos nas estações da Rádio Moçambique, Correios de Moçambique, nas lojas da TMCEL, entre outros locais. Relativamente à construção do edifício onde vai funcionar a TVM e que vai, igualmente, ser o centro operacional da TMT, a expectativa é que até Dezembro a infra-estrutura esteja concluída.

Mas a componente de modernização da TVM perpassa a construção do novo edifício, o que inclui a remodelação de todos os estúdios da TVM a nível nacional. Até então foram remodelados sete,



Adilson Gomes, Chefe do Gabinete dos Sistemas de Informação

faltando apenas os de Lichinga, Inhambane e Xai-Xai.

A morosidade na conclusão dos trabalhos nestes três estúdios deve-se ao estado de degradação em que o empreiteiro encontrou as instalações da TVM

nestas três províncias.

Uma vez que a migração digital contempla todo órgão de comunicação digital, a empresa de Transporte, Multiplicação e Transmissão (TMT) vai prestar uma especial atenção às televisões comunitárias que, pela sua dimensão, não têm a pujança económica para poder arcar pelos custos que passarão a incorrer quando a migração estiver concluída.

Para tal, as televisões comunitárias terão um período de dois anos para poderem organizar-se financeiramente. Durante este período, as estações televisivas que possuem rede própria poderão transmitir sem pagar a mesma factura que pagarão as grandes cadeias de televisão nacionais. E as que estiverem integradas na rede do Instituto de Comunicação Social têm a situação acutelada pela TMT, graças ao trabalho conjunto feito entre a TMT, o ICS e a TVM para tornar possível a sua transmissão.

Com a comercialização dos *Set Top Boxes* morre consigo o debate sobre que tipo de televisores os utentes deverão utilizar para poderem ter acesso à televisão. É que o *decoder* a ser vendido tem capacidade de fazer a conversão do sinal e adequá-lo à capacidade dos actuais televisores usados nas casas da maioria das famílias moçambicanas.

O investimento total do processo de migração digital está avaliado em 156 milhões de dólares, valor que o Governo moçambicano conseguiu junto de parceiros de cooperação, em particular a China, através de Exim Bank.

O contrato da dívida estabelece um período de graça de sete anos, uma taxa de juros de dois por cento e deverá ser reembolsado num período de 20 anos.

# PRAÇAS DIGITAIS MASSIFICAM ACESSO À INTERNET

**A Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM), ciente da importância que o acesso à Internet tem para as pessoas, principalmente para os jovens, está a levar a cabo um projecto de instalação de praças digitais.**

A ideia principal é que, em determinadas praças dos municípios que concentram muitas pessoas, haja acesso à Internet gratuita para diversos fins, como é o caso da investigação bibliográfica online.

Praças digitais é o nome atribuído a determinados locais públicos, onde instalou-se a *Internet mahala*. Hoje em dia, para estudar é preciso sempre consultar alguma bibliografia online. A ARECOM decidiu massificar o uso da Internet e, para tal, socorreu-se das praças públicas em que as pessoas mais se concentram.

O acesso à Internet é feito a partir de Wi-Fi aberto ao público, cujos custos são suportados pela ARECOM. A velocidade desta é de 10 megabytes por segundo.

Do ponto de vista de abrangência do projecto, já foram instaladas mais de 30 praças digitais e encontram-se em pleno funcionamento 28, cobrindo todas as capitais provinciais e outros municípios. Pretende-se continuar a expandir o processo porque a ideia é cobrir todos os municípios.

O projecto das praças digitais é financiado pelo Governo através do Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAu) gerido pela ARECOM.

A instituição pretende, no próximo ciclo de governação, implementar, de forma efectiva, a rede 4G que iniciou em algumas zonas, principalmente nas zonas urbanas.

"A rede 4G é importante porque permite que mais pessoas tenham acesso à Internet de alta velocidade.

Também queremos introduzir o 5G. Já começámos este processo e queremos que até ao final do próximo quinquénio tenhamos o 5G em todas as capitais provinciais para cada vez mais pôr as pessoas a comunicarem".



## USUÁRIOS DAS PRAÇAS DIGITAIS SATISFEITOS COM OS SERVIÇOS

Os serviços de acesso à internet gratuita nas praças digitais, em várias cidades do país, satisfazem os usuários, maioritariamente jovens. A Internet gratuita está disponível em locais públicos que incluem jardins e praças, abrangendo, neste momento, 23 autarquias.

As praças digitais atraem diariamente, em média, quatro mil visitantes de diversas idades, considerando que cada uma tem a capacidade de navegação simultânea de 180 pessoas. Na cidade de Maputo, os serviços estão disponíveis no Jardim Tunduru e Chamanculo; na Matola, funcionam no Parque dos Poetas.

Em visita àquelas praças, testemunhámos a euforia e satisfação dos usuários, os quais louvam a iniciativa e recomendam a expansão por mais lugares, principalmente onde a pobreza urbana é acentuada, como, por exemplo, o Bairro de Chamanculo.

Dados estatísticos indicam que só no intervalo de 17 de Junho a 17 de Agosto, 2.031 pessoas aderiram ao serviço na Praça 3º Congresso, na cidade de Tete, 1.240, no Jardim dos Namorados (Quelimane) e 882, na Praça do Jardim Municipal da Cidade da Beira.

Nilton Mário, estudante da Escola de Comunicação e Artes (ECA), conta que descobriu este serviço no início deste

ano, através de colegas da faculdade. Desde então tem usado a Internet para realizar trabalhos académicos e actualizar softwares do telemóvel e computador portátil.

"No início tive dificuldades, porque não sabia que era preciso preencher o formulário. Já vim actualizar o software de um dispositivo que precisa de 800 megabyte", disse.

Nilza Cumbane, 27 anos, estudante e trabalhadora, residente no bairro Costa do Sol, na cidade de Maputo, diz que, às vezes, vai à praça realizar trabalhos ou entrar nas redes sociais.

"Passo desta praça apenas quando tenho trabalhos a realizar na baixa da cidade. Tive conhecimento da sua existência através de pessoas que estavam aqui a usá-la. Perguntei e eles instruíram-me. Está a ajudar muito porque não é fácil pagar a Internet".

Décio Firmino, João Paulo e Décio Alfredo, estudantes da 10ª classe, dizem que já usam os serviços há uns meses e estão satisfeitos. Passam do local no fim das aulas, em dias que não têm pressa de voltarem para a casa. Aproveitam baixar jogos, filmes e usam redes sociais.

Pessoas há que frequentam tanto o Jardim Tunduru, assim como o Parque

dos Poetas, que não sabem do funcionamento da praça digital nestes locais. É o caso da Nina Machuza, jovem de 21 anos.

"Tenho frequentado o Tunduru, mas não sabia nada da Internet. Agora, estou feliz pela explicação e passarei a usá-la e baixar livros".

João Armando, usuário e residente na Matola "C", formando em docência, declarou: "Venho (ao parque) nos dias em que tenho tempo. Estou informado desde o início do ano. A Internet é boa e uso-a para aceder à informação que necessito para os meus estudos e para visitar as redes sociais. Deviam criar mais pontos de acesso e alargar a Internet para o interior dos bairros porque há muita gente que não consegue chegar ao Parque dos Poetas".

Evander, 21 anos, recorre aos serviços na Praça dos Poetas, na Matola, há cerca de três meses para fazer downloads e pesquisar oportunidades de emprego. Por outro lado, Neto Jorge, de 38 anos, conta que é a segunda vez que frequenta o local e usa a Internet da melhor forma porque "ainda não notei falhas graves".

Devido à vantagem que este serviço oferece aos usuários, Yeta, 20 anos, e Glória Machava, 25 anos, apelam à maior difusão da informação para que muitos possam dela beneficiar.

## FICHA TÉCNICA

FEIRA

Director Editorial:  
Alexandre Chiure

Direção, Redacção, Publicidade e Administração: Rua dos Pioneiros, 175  
Telefones: 21465717 Fax 21465718 Cel: 25882490 1280 ou 25884 244 6459

Email: turista@gmail.com (Redacção)

Email: assecograf@gmail.com (Administração e Publicidade)

NUIT: 400 415 870

Redacção: Alexandre Chiure, Desidério Chambe, Carlos dos Santos, Gouveia de Albuquerque, Carla Lopes e Luís Muianga

Colaboradores: Rafael Nambale (Maputo), Víctor Muvale (Xai-Xai), Fernando Mateus (Inhambane) e Pedro Saraiva (Pemba)

Jornal registado sob número 0053/RRA/DNI/013